

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CAMPUS RECIFE
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANA ELIZA DE JESUS LIMA VIEIRA DA SILVA

RACISMO DOS DIAS ATUAIS AO SEU PROCESSO HISTÓRICO — PARA ENTENDER AS AÇÕES AFIRMATIVAS. Proposta de sequência didática para a semana da Consciência Negra

Recife
2023

ANA ELIZA DE JESUS LIMA VIEIRA DA SILVA

RACISMO DOS DIAS ATUAIS AO SEU PROCESSO HISTÓRICO — PARA ENTENDER AS AÇÕES AFIRMATIVAS. Proposta de sequência didática para a semana da Consciência Negra

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos.

Recife

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586r

Silva, Ana Eliza de Jesus Lima Viera da

RACISMO DOS DIAS ATUAIS AO SEU PROCESSO HISTÓRICO — PARA ENTENDER AS AÇÕES
AFIRMATIVAS: Proposta de sequência didática para a semana da Consciência Negra / Ana Eliza de Jesus Lima
Viera da Silva. - 2023.

34 f. : il.

Orientadora: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,
Recife, 2023.

1. Brasil. 2. Políticas Afirmativas. 3. Racismo. 4. Étnico-racial. I. Santos, Maria Emilia Vasconcelos dos, orient. II.
Título

CDD 909

FOLHA DE APROVAÇÃO

**ANA ELIZA DE JESUS LIMA VIEIRA
DA SILVA**

**“RACISMO DOS DIAS ATUAIS AO SEU PROCESSO HISTÓRICO —
PARA ENTENDER AS AÇÕES AFIRMATIVAS: Proposta de sequência
didática para a semana da Consciência Negra”**

Data da Defesa: 18 / 04 / 2023

Horário: 15 horas

Sala de Defesa - Defesa On line

Banca Examinadora:

Maria Emilia Vasconcelos dos Santos
Orientadora

Lucas Victor Silva
Examinador Interno

Janaína Guimarães da Fonseca Silva
Examinadora Externa

Resultado: Aprovada

Reprovada

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo.” Paulo Freire

Dedico esse trabalho aos meus alunos, que vocês possam sempre se desprenderem do julgo de outros. Aos meus colegas professores, que possamos continuar acreditando na educação e em tudo que ela pode transformar. Que nos lembremos que nossas vidas e histórias tem valor.

A minha amada família e professores, se cheguei até aqui foi porque vocês me mostraram ser possível seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais, que tanto me ajudaram nessa jornada acadêmica e por terem sempre me apoiado no longo caminho que tracei desde o bacharelado. Agradeço especialmente, nessa etapa do percurso, por tantas noites, inicialmente, para que eu pudesse ir às aulas, e dias posteriormente, para cumprir estágios e PIBID, em que foram avós excelentes para a Giovanna, e cuidaram dela com todo amor e carinho enquanto eu cumpria com minha carga horária do curso.

Ao meu esposo, que em meio a tudo o que passamos nesses anos, pandemia inclusive, jamais deixou de me incentivar a acreditar em mim, no meu potencial e dedicação para concluir esse curso.

Aos colegas de curso, que durante o período presencial, me ajudaram muito, em especial a Stéphanie, minha companheira de Pibid, por todo conhecimento compartilhado e a Sofia, sempre tão doce e paciente e que até mesmo me socorreu olhando a Giovanna em momentos cruciais das aulas.

Aos meus professores que sempre estiveram dispostos a me ajudar, especialmente a professora Juliana Ramos, que me mostrou o significado da minha escolha de ser professora durante o estágio supervisionado I, a doce e paciente professora Juliana Andrade por nunca soltar a minha mão, a professora Lúcia Falcão pelos desafios a serem superados, ao professor Lucas Victor pela paciência, ao professor Wellington Barbosa pela orientação no Pibid, a grande família que encontrei na Universidade Federal Rural de Pernambuco, especialmente durante as aulas remotas muitas das quais a Giovanna acompanhou e sempre foi tratada com paciência.

A minha orientadora Maria Emília, que muito me ensinou sobre o processo de ser mulher negra, mãe, estudante e professora, as nossas conversas na sala de aula, nas escadas e corredores do Cegoe me fizeram persistir e lutar pelo que acredito enquanto cidadã e formadora educacional. Me ensinando a ser um ser humano melhor, mais empática e disposta a enfrentar qualquer desafio, e sempre fazer meu melhor.

Ao programa Pibid — Capes, por ter me dado a oportunidade de trabalhar com jovens excepcionais como os da Escola Ministro Jarbas Passarinho em Camaragibe -Pe, ao lado da professora Sandra Roberta e do professor Humberto Rafael, me levando ao caminho no qual me encontro hoje, a sala de aula.

Aos meus colegas de profissão com quem tive o prazer de trabalhar e aprender nesses três anos e meio aqui em Campinas-SP.

E aos meus alunos pelo desafio e oportunidade de ensiná-los.

RESUMO

Esse trabalho visa compreender a adoção de políticas educacionais e estratégias pedagógicas de valorização da diversidade e como tais propostas podem promover a superação da desigualdade étnico-racial que ocorre no Brasil. Compreendendo como o Estado promove e incentiva políticas de reparação às populações subjugadas e afastadas da narrativa histórica, sendo a educação escolar o principal caminho de combater o racismo e trabalhar as reivindicações das populações afro-brasileiras. Considerando a educação como meio para trabalhar justiça e igualdade de direitos sociais, civis, culturais, econômicos e o reconhecimento das contribuições das populações africanas para a formação do Brasil, além de valorizar a diversidade nacional. Utilizando a habilidade (EF08HI20) que propõe: identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais atuais com os legados da escravidão no Brasil, na formulação e aplicação da sequência didática para os 8 anos do Ensino fundamental. Possibilitando aos alunos conhecer e compreender as políticas afirmativas, sua função social e o legado histórico de racismo que as fizeram necessárias enquanto medida reparatória.

Palavras-chave: Brasil; Políticas Afirmativas; Racismo; Étnico-racial.

ABSTRACT

This work aims to understand the adoption of educational policies and pedagogical strategies to value diversity and how such proposals can promote overcoming the ethnic-racial inequality that occurs in Brazil. Understanding how the State promotes and encourages reparation policies for populations that are subjugated and removed from the historical narrative, with school education being the main way to combat racism and work on the demands of Afro-Brazilian populations. Considering education as a means to work on justice and equality of social, civil, cultural, economic rights and the recognition of the contributions of African populations to the formation of Brazil, in addition to valuing national diversity. Using the skill (EF08HI20) that proposes: identifying and relating aspects of current social structures with the legacies of slavery in Brazil, in the formulation and application of the didactic sequence for the 8 years of elementary school. Enabling students to know and understand affirmative policies, their social function and the historical legacy of racism that made them necessary as a reparatory measure.

Keywords: Brazil; Affirmative Policies; Racism; Ethnic-racial.

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| SEQUÊNCIA DIDÁTICA | 15 |
| Objetivos | |
| Gerais | 15 |
| Habilidades do aluno | 15 |
| Conteúdos | 15 |
| Justificativa | 15 |
| A intenção de cada aula/etapa | 19 |
| CONCLUSÃO: | 30 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: | 32 |

INTRODUÇÃO

A seguinte proposta de atividade foi pensada e desenvolvida para a chamada semana da Consciência negra, como referência a morte de Zumbi de Palmares no dia 20 de novembro. A busca da população afro-brasileira, por reconhecimento, por muitos anos, esteve à margem ou em condição subalterna devido ao processo histórico no qual estiveram na condição de escravizados.

Com a Lei n.º 10.639, de 09.01.2003, incluiu-se no calendário escolar o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’, onde a partir de 2021 no estado de São Paulo criou-se o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (Conviva SP) passando a promover a chamada “Trilha Antirracista” na denominada Semana da Consciência Negra, propondo desenvolver atividades sobre história, experiência e ampliação de ações educativas antirracistas nas escolas estaduais.

Dentro desse contexto, o Currículo Paulista e a BNCC apresentam a possibilidade de trabalhar com os alunos, alguns temas da que tratam das populações negras como a habilidade: (EF08HI20) que propõe: identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. Ou/e a habilidade (EF08HI14) que trata : “A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão”. E/ou ainda a habilidade (EF08HI19) apresentando: “O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial”.

Proponho trabalhar com os oitavos anos a habilidade (EF08HI20) que visa: identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil, discutir a importância de ações afirmativas, compreender a formação das estruturas sociais atuais e o espaço ocupado pelo cidadão negro em decorrência desse processo histórico.

A construção do seguinte plano didático, segue o proposto na habilidade indicada acima, partindo do contemporâneo para o passado, na tentativa de auxiliar os alunos a compreenderem que as ações afirmativas não se tratam de medidas protetivas, mas, sim, reparatórias. A atividade tem a intenção Também de auxiliar na compreensão que o esforço para combater o racismo e ter reconhecida a cultura e tradições de origem africana tem sido cada vez mais reivindicado pelos afro-brasileiros.

Apesar “da violência da sociedade escravista, os cativos e, grande camada de homens pobres livres, fundamentalmente composta por negros e mestiços, constituíram-se como sujeitos de suas próprias vidas e história. (GOMES,2021, p.448–9). De forma que essa parcela da sociedade aderisse a movimentos e lutas, que segundo o autor representam o desdobramento desse processo histórico contra a exclusão social.

Considerando a construção histórica social do Brasil, a constituição de sua população, as necessidades de seus cidadãos. Os debates cada vez mais frequentemente apresentados nos estudos das ciências humanas, a formulação de uma Base Nacional Comum Curricular, que propõe um ensino integrador, e que visa formar uma população conscientizada — as questões sociais estão cada vez mais presentes no processo da educação básica atual.

Apresentando uma sequência didática aos alunos que mostra o desenvolvimento de tal processo, considerando que a colonização das Américas “produziram encontros desiguais, envolvendo trocas culturais, dominação, conflitos, protestos, e confrontos que uniram, inventando, Europas, Américas e Áfricas.” (GOMES, 2021,447)

Pensando o estudo do processo histórico da construção da identidade da sociedade brasileira, considerando a relação entre o Estado e os indivíduos que o compõem, partindo da premissa posta no artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

De forma que o Estado deve oferecer o acesso à cultura e educação pública de qualidade e gratuita, conforme apresentado pela Redação da Lei n.º 11.274, de 2006, no Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

II — a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV — o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Tendo desde a promulgação da Constituição Federal, a retomada dos princípios democráticos permeados pela diversidade de movimentos sociais, apresentando avanços nas garantias individuais e cidadãs, no campo social. Fazendo com que movimentos

sociais, especialmente o Movimento Negro, obtivesse maior espaço, acentuando as políticas de ação afirmativa, discutindo o caráter estrutural e institucional do racismo e possibilitando a elaboração de discursos, práticas, procedimentos e ações transnacionais que ressaltam a perspectiva diaspórica da população afro-brasileira. (MISKOLCI; JÚNIOR, 2014, p.220 – 222)

Segundo Bittencourt, pesquisas recentes têm apresentado transformações na apresentação da história atual, que tem enfrentado constantes desafios, já que foi necessário a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres. (BITTENCOURT, 2018, p.127)

Foi, portanto, designado ao Estado promover e incentivar políticas de reparações às populações subjugadas e mantidas a parte da narrativa histórica enquanto agentes ativos, fornecendo, através da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sendo necessária a intervenção do Estado, para que os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, rompessem o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiças, guiado por critérios de exclusão. Critérios fundados em preconceitos e manutenção de privilégios (que perduram desde o processo de colonização brasileiro) para os sempre privilegiados, como aponta o processo histórico da formação social do Brasil.

A partir da projeção de uma educação plural e inclusiva, trabalhando o reconhecimento e a construção do indivíduo e da sociedade na qual está incluso. No qual as demandas da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, especialmente no ensino, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, tornando obrigatório ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Onde reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. Transformando discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modos de tratar as pessoas negras. Buscando também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, tratando especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; entendimento que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse,

desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

A adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, visa superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Contestando as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. Procurando valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

De forma que Parâmetros Curriculares Nacionais, enquanto diretrizes para os educadores, em meados dos anos 90, passou a defender que, a educação contribui significativamente para a formação social do estudante, na medida que os conteúdos mostram o compromisso de aproximar os alunos de saberes estruturados a partir das relações sociais, que auxiliam o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e possibilitam contestar e transformar os conhecimentos, as crenças e valores incorporados à sociedade.

As mudanças políticas e sociais têm buscado formular uma sociedade justa e inclusiva, onde a integração política e social da população possa ocorrer de forma menos excludente, de forma que PCNs defendiam que os conteúdos que deveriam ser ensinados precisavam, acompanhar as questões sociais que se apresentavam. Tornando a escola em um espaço de formação e informação, reconhecendo a escola como ambiente de combate ao racismo e preconceito, que foi construído ao longo do processo formativo do Brasil. Onde o processo de aprendizagem deve auxiliar o aluno a compreender as questões sociais marcantes, possibilitando que este interfira nos fenômenos sociais e culturais. Como também possa usufruir das manifestações culturais nacionais e universais, cujo processo de aprendizagem e compreensão de tais valores, são importantes para os alunos poderem compreender e exercer seus direitos e deveres de forma crítica e construtiva.

A unidade didática foi feita para ser aplicada em 5 aulas, podendo ser discutida transversalmente com português e geografia. Trabalhando apresentação de textos e trechos de documentos históricos e gráficos. Inicialmente a avaliação seria o

desenvolvimento de um mapa mental, conforme o tema foi sendo debatido em sala de aula. A interação dos estudantes, resultou em uma roda de conversa e/ou uma produção textual que possibilitou aos alunos se expressarem mais livremente, além de propiciar aos alunos trocarem conhecimento com seus colegas.

A atividade foi desenvolvida com três turmas de oitavo ano, em 2021, em uma escola de região periférica, da cidade de Campinas, no bairro Parque Novo Mundo, na Escola Estadual Professor Álvaro Cotomacci. Ao final apresento algumas das colocações feitas pelos alunos e suas percepções sobre o lugar do negro na sociedade atual, até mesmo a questão do autodeclaração, as representações e recepções que eles observam da cultura negra na sociedade atual.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Título: Racismo dos dias atuais ao seu processo histórico — Para entender as ações afirmativas.

Ano/Série características da turma: *8º ano Ensino Fundamental*

Tempo estimado: *5 encontros de 45 min*

Objetivos:

Gerais: Leitura de documentos históricos e textos que analisam a posição que o negro ocupava na sociedade no século XIX, a partir das teorias científicas raciais. Comparar posicionamento que a população não branca ocupa atualmente. Por fim, observar como releituras de imagens de escravizados podem transmitir uma nova visão para os estudantes.

Habilidades do aluno:

Criar paralelos entre os discursos apresentados, ainda que distantes no espaço temporal. Entender as origens e como se pauta o discurso racista. Analisar as condições sociais de grupos que estavam à margem da sociedade e os discursos que os mantiveram segregados durante séculos. Conhecer as propostas de mudanças sociais que visam acabar com a intolerância. Aprender e compreender como foram estabelecidas as ações afirmativas a partir da LEI n.º 12.288/2010.

Conteúdos:

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

Justificativa:

Visando o fortalecimento das populações negras, de seus costumes socioculturais e, simultaneamente, combater o racismo e discriminação que permeia a sociedade brasileira contemporânea, possibilitando que a camada social composta por cidadãos negros e não brancos usufruam de direitos que lhes haviam sido negados ao longo da

construção histórica de nosso país. Pois segundo estudos que se tinha como o do historiador e sociólogo Clóvis Moura, a sociedade brasileira inferioriza e despreza os índios, negros e a parcela não branca. Direcionando a tais grupos um segregacionismo que perdura desde a chegada dos europeus, utilizando-se da “filosofia do embranquecimento espontâneo via miscigenação” (MOURA,1994, p.159).

Sendo necessário um estudo mais detalhado sobre a sociedade brasileira contemporânea, suas estruturas sociais e as relações estabelecidas entre os grupos étnicos que a compõe, nesse caso, os negros juntamente com os não brancos. Segundo o Dicionário das Relações Étnicas e Raciais de 2000, “a principal característica das relações raciais brasileiras é, certamente, as relações entre povos de descendência africana e europeia” (CASHMORE,2000, p. 103). Visto que durante a dominação europeia no Brasil e tendo ocorrido processo de escravidão africana, esses dois grupos étnicos conceberam inúmeros indivíduos, gerando uma miscigenação entre si.

Compreendendo que a escola trata-se de uma organização em determinado contexto social, é possível notar o reflexo de “regras não explícitas e implícitas dos comportamentos, dos conteúdos, das avaliações” (MISKOLCI; JÚNIOR, 2014, p 20) que circulam nos ambientes do qual o aluno faz parte. Assim, acaba por exibir muitas das questões sociais que circulam tanto de dentro para fora como de fora para dentro da instituição. Fazendo com que a escola não trate apenas da estrutura formal/institucional, mas também das interações sociais entre as pessoas que ali estão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 2008 apresenta no Capítulo II o seguinte artigo: Art. 26 — Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 4º — O ensino da História do Brasil considerará as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia. (Redação dada pela Lei n.º 11.645, de 2008).

Tornando, portanto, no Art. 26-A obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O conteúdo deve abordar diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos; a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil; a cultura

negra e indígena brasileira; e o negro e o índio na formação da sociedade nacional. Resgatar suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. Os conteúdos deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Assim, a escola tem se apresentado cada vez mais como espaço para abordar as questões sobre a construção histórica do indivíduo, suas origens, seus processos e sua relação com o outro. Visa entender o presente a partir da construção do passado para gerar uma sociedade mais justa, considerando que “a escola é um espaço importante da sociabilidade de crianças e adolescentes”, (MISKOLCI; JÚNIOR, 2014, p. 30) e que para um debate sobre as diferenças, “é preciso que reconheçamos que tanto a identidade quanto a diferença são produzidas nas interações entre indivíduos no interior da vida social” (MISKOLCI; JÚNIOR, 2014, p. 35).

Dentro os documentos que regem a educação brasileira atual, a Base Nacional Comum Curricular, formulada a partir de 2015 com função normativa de definir o conjunto de conteúdos essenciais a serem trabalhados na Educação Básica, propõe na sua primeira competência “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” Já no campo da história, “Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.”

Bem como nas competências específicas de ciências humanas para o ensino fundamental é apresentado “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, para exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” e construir um diálogo com a lei de diretrizes e bases da educação nacional. Assim,

“Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BRASIL,s/d)¹

1

Uma educação para a igualdade deve se pautar pela construção de relações de respeito entre aqueles(as) que estão nesse espaço, as quais devem primar pelo reconhecimento do outro como sujeito de uma prática pedagógica transformadora. Nesse sentido, é preciso observar o outro com um olhar que o perceba, assim como às suas histórias de vida e lógicas culturais como fundamentais para o processo de construção coletiva do conhecimento que a escola se propõe a fazer. (MISKOLCI; JÚNIOR, 2014, p 19)

No plano a seguir, proponho, olhar para o entendimento étnico racial contemporâneo, via dados de censos, retomando historicamente as origens do racismo e a criação de ações afirmativas que têm ocorrido nas últimas décadas no país. Pois é através do estudo de processos históricos nas escolas e de se cruzarem comprometidamente: o conhecimento científico e o conhecimento escolar, porque o ambiente escolar é privilegiado para os alunos aprenderem maneiras de pensar sobre o passado que deverão ajudá-los a se orientar no tempo, relacionando o passado, o presente e o futuro com suas vivências como seres temporais. (ABUD, 2005, p. 28)

Dentro do campo do estudo da História, a BNCC, coloca que todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BRASIL, 2018, p.393)

No estudo da História, a BNCC também apresenta temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, especialmente nas abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. Tendo em foco, a formação da sociedade brasileira, a partir de diferentes povos e culturas, com suas contradições sociais e culturais e as relações formadas com outros povos e sociedades.

A demanda por políticas afirmativas e reparadoras no Brasil, já estão na luta do movimento negro há muito tempo, porém só encontraram maior espaço político durante os anos 2000. Segundo Teixeira, a necessidade de políticas reparatórias para a população negra foi reconhecida apenas em 2001 e a discussão das cotas e da Lei

10.639/2003, movimentaram os debates raciais no Brasil. (TEIXEIRA, M. C., 2017, p.275)

Assim, compreendendo a necessidade de se trabalhar novas perspectivas das relações estabelecidas entre os diversos grupos étnicos estabelecidos em nosso país. Onde “o estudo do passado, utilizando as fontes nas aulas de História, deve ser ancorado e contextualizado numa situação que faça sentido humano, obtido com a vivência e a experiência de aprendizado dentro e fora da escola do aluno” (ABUD, 2005, p. 27–8). Inicialmente será conduzida a leitura de um poema contemporâneo que aborda a questão racial brasileira atual e a observação de parte dos censos realizados pelo IBGE na última década.

A BNCC de História no Ensino Fundamental desde os anos iniciais discute, a construção do sujeito e sua relação com o outro, ciente que se trata de um processo longo e complexo. Pois as pessoas compreendem sua identidade e o outro em meio a vivências cotidianas, a partir do seu lugar na família, na escola e no espaço em que circula.

De forma, que os eventos devem ser apresentados aos alunos sob uma perspectiva ampla da história e das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia ao longo dos séculos. A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei n.º 10.639/200349 e Lei n.º 11.645/200850) é vista não apenas no contexto da escravidão, mas, também, a toda a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração, são valorizados. Simultaneamente, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX.

A intenção de cada aula/etapa

Desenvolvimento:

1ª Encontro:

Dando seguimento ao contexto da escravidão e pós-escravidão no Brasil, essa aula tem por objetivo gerar no aluno a indagação de como se classifica a parcela da sociedade brasileira não branca atual. Essa aula tem por objetivo despertar nos alunos a

percepção de como a população brasileira tem dificuldade em abordar a questão étnico-racial.

Debater as dificuldades identitárias de determinados grupos sociais.

Para trabalhar a questão racial no Brasil, será apresentado o slam:

A menina que nasceu sem cor.

Eu tenho um problema: meu ascendente é em Áries.

E eu tenho outro problema: é que eu sou a menina que nasceu sem cor.

Pra alguns eu sou "preta", para outras eu sou Preta, para muitos e muitos eu sou parda.

Ainda que eu sempre tenha ouvido por aí que parda é cor de papel e a minha consciência racial quando me chamem de parda fique tão bamba quanto a auto-declaração de artista pop como Anitta quando pratica apropriação cultural.

Eu sou a menina que nasceu sem cor porque eu nasci num país sem memória, com amnésia, que apaga da história todos os seus símbolos de resistência negra, que embranquece a sua população e trajetória a cada brecha, que faz da redenção de Can a sua obra prima, Monalisa da miscigenação.

E ô ode ao milagre da miscigenação, calcado no estupro das minhas ancestrais, na posse de corpos que nasceram para serem livres, na violação de ventres que nunca deveriam ter deixado de serem nossos.

E eu tenho outro problema... pô, eu não sei dar cambalhota e não importa que pra alguns eu seja a menina que nasceu sem cor, que falte melanina pra minha pele ser retinta, que os meus traços não sejam tão marcados.

O colorismo é uma política de embranquecimento do Estado que por muito tempo fez com que eu odiasse os traços genéticos do meu pai herdados, me odiasse, me mutilasse, meu cabelo alisasse.

Meninas pretas não brincam com bonecas pretas.

Mas faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se armando, se amando.

Porque me chamam por aí de parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom...

Por muito tempo eu fui a menina que nasceu sem cor, mas um dia gritaram-me: NEGRA. E eu respondi."

Após a leitura do poema pedir para os alunos apontarem o problema central do texto.

Para incentivar o debate, as seguintes questões serão propostas: as referências “parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom” podem ser consideradas identificação racial?

Será que algum aluno se sente como o personagem central? Sem cor...

2ª Encontro:

Abordar a questão racial brasileira atual, realizando leitura de trechos do texto de Clóvis Moura, do livro “Dialética Racial do Brasil Negro”, de 1994, e o Decreto 4.887, de 2003 e observando o movimento do censo demográfico realizado entre 2015 e 2021. Procurando apontar para os alunos que no início de 2021, quando comparado com o ano de 2019, o perfil étnico daqueles que se declaram negros e pardos diminuiu enquanto os declarados brancos aumentaram.

É importante nesse momento apresentar para os alunos que o termo raça pode ser entendido como um conceito que apropriado política e culturalmente pelo Movimento Negro como uma maneira de interpretação da realidade social. Onde o grupo se vê incluso, pois segundo o sociólogo jamaicano-inglês Stuart Hall, a raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica, que organiza os sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas (HALL, 2006, p. 63).

Ler em seguida o trecho abaixo do livro “Dialética Radical do Brasil Negro” que apresenta uma leitura e interpretação social dos negros e não brancos brasileiros em um período histórico próximo do atual.

“Em um determinado momento, ..., a identidade étnica do brasileiro não branco e do negro em particular entrou em um estado de perplexidade, dúvida, ceticismo e ansiedade quanto à situação como ser, em um estado de semi-anomia.” (MOURA, 1994, p155)

Expor para a turma que o trecho do texto apresentado aborda como no processo histórico a humanidade do negro e dos mestiços ainda era vista em meados dos anos 90, quando o texto foi feito, considerada confusa, e apresentando a dificuldade desses grupos em afirmar sua identidade, frente as demandas sociais.

Apesar de em 1978 ser criado o Movimento Negro Unificado, que confere um novo “tom” nas reivindicações, da população negra. Denunciando explicitamente o mito da democracia racial, com um posicionamento, onde denúncia, crítica e reformula as perspectivas teóricas sobre as relações raciais e, a partir delas, avançam sobre temas da identidade, da cultura e da nação. (MISKOLCI; JUNIOR, 2014, p 220 – 2)

A ideologia da mestiçagem e o mito da democracia racial, ainda perdurava nos discursos. Além disso, existia proximidade com a ditadura militar no Brasil, onde os movimentos sociais, passaram por brutal repressão: fazendo com que as agremiações negras fossem fortemente atingidas.

Ler para os alunos o Decreto 4.887 de 2003, cujo texto amplia as garantias das comunidades quilombolas em relação ao texto publicado na Constituição.

A Constituição apresenta o seguinte texto:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Já o texto de 2003 traz:

Art. 2.º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN n.º 3.239

§ 1.º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2.º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Salientar para os alunos que a atualização do decreto se trata da autoafirmação do povo quilombola, no sentido de fortalecer o reconhecimento da trajetória histórica e a autodeterminação desses povos, criando espaço para a manifestação dos indivíduos a partir de como eles se percebem.

Questionar ao observar a tabela dos últimos censos abaixo, se é possível parcela da população autodeclarada negra se perceber mais próxima de qual realidade? A dos

anos 1990 como citado no texto de Moura ou 2000 onde leis de proteção a espaços e cultura negra começam a ser sancionadas?

Pedir para os alunos observarem a tabela abaixo:

| Tabela 6403 - População, por cor ou raça | | | | | | | | |
|---|--------|--------|-------|-------|-------------------|--------|-------|-------|
| Variável - População (Mil pessoas) | | | | | | | | |
| Trimestre x Cor ou raça | | | | | | | | |
| 4º trimestre 2015 | | | | | 4º trimestre 2017 | | | |
| | Total | Branca | Preta | Parda | Total | Branca | Preta | Parda |
| Brasil | 203482 | 91958 | 15813 | 94127 | 206829 | 89707 | 17955 | 97370 |
| 4º trimestre 2019 | | | | | 1º trimestre 2021 | | | |
| | Total | Branca | Preta | Parda | Total | Branca | Preta | Parda |
| | 210077 | 88724 | 19880 | 99355 | 212040 | 94187 | 18346 | 97283 |
| Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral | | | | | | | | |

Observando a tabela, é possível notar alguma variação na autodeclaração étnica brasileira?

Ao observar os dados obtidos em 2021 é possível fazer uma ligação com o texto? Qual?

Em 2021, a parcela da população que se declarou branca aumentou quando comparada com os autodeclarados negros e pardos com relação ao ano de 2019. Para você qual seria o motivo?

Após a colocação das questões retomaremos o debate com os alunos, buscando discutir que a sociedade brasileira enfrenta a fragmentação da identidade étnica que ocorreu pela miscigenação. Como a organização da sociedade brasileira baseia-se também na divisão de classes e estratos sociais, os indivíduos podem desenvolver uma identidade simbólica e ambígua. Onde na busca por melhores posições sociais para algumas parcelas da sociedade negra e não branca, declarar-se pardo/branco poderia ser uma forma de se aproximar o máximo possível do fenótipo eleito como referência de superioridade pelas estruturas do poder dominante, na tentativa de se afastar da discriminação. No caso brasileiro, os valores das classes dominantes “procuram identificar-se simbolicamente com o tipo mais aproximado do branco” segundo Moura. (MOURA, 1994, p.157)

Quando se fala do negro na história da formação do Brasil, rapidamente aponta-se o processo de escravidão a qual foram submetidos e como o processo de inferiorização racial e cultural marca tal grupo até os tempos atuais.

3ª Encontro:

Agora que foi apontado para os alunos, como as identidades étnicas brasileiras podem ser problemáticas, pois se tornou um sistema classificatório que seleciona, barra e limita a circulação do indivíduo no espaço social, mediante a sua classificação racial. Proponho discutirmos o processo histórico do racismo científico no Brasil.

Apresentar: Significado de Racismo segundo o Dicio — Dicionário online da língua portuguesa²:

Preconceito e discriminação direcionados a alguém tendo em conta sua origem étnico-racial, geralmente se refere à ideologia de que existe uma raça melhor que outra.

Sistema que afirma haver uma raça considerada superior e que, em razão disso, deve dominar outras, falando especialmente das pessoas fenotipicamente brancas em relação a outras fenotipicamente não-brancas.

Sistema que busca a superioridade de um grupo étnico-racial relativamente a outros, preconizando, em particular, o isolamento destes no interior de um país ou até visando o extermínio de uma minoria: o racismo antissemita dos nazistas.

Reunião dos conceitos que afirma existir uma hierarquia entre etnias ou raças.

[Política] Sistema doutrinário ou político que estabelece a exaltação de uma raça, em detrimento das demais³.

O que hoje entendemos como racismo estrutural, é fruto das marcas da escravidão, pois, no século XIX, uma teoria científica de branqueamento foi apresentada como a solução para uma melhoria social. Segundo os cientistas, o alto índice de negros inseridos na sociedade propagava a ideia de inferioridade, pois apesar de estes já não estarem na condição de escravos, ainda eram considerados bestas incapazes, assim como se acreditava que a mestiçagem gerava proles inferiores. A teoria do darwinismo social ou “teoria das raças” propunha que as raças eram inalteráveis. Dever-se-ia exaltar

² Dicio — Dicionário online da língua portuguesa — <https://www.dicio.com.br/racismo/>. Acessado em 21/07/2021.

³ Idem

a pureza racial (nesse contexto a da raça branca, vista como a mais desenvolvida), portanto a miscigenação racial não era vista com bons olhos, e propagava-se que a mistura das raças acabaria por degenerar os indivíduos. A seleção natural acabaria com a população negra, pois, o gene forte se sobreporia ao fraco.

No artigo intitulado “Racismo científico, definindo humanidade de negras e negros” é apresentado que, “os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas — como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens.” (Maria Lugones, 2014 apud Goes, 2018, n.p)⁴. Apresentando a ideia que coube então ao homem (branco) europeu ser o indivíduo com a capacidade de decidir e guiar a vida pública e o governo, já que era ele um ser civilizado, com plenos poderes e domínio de sua mente e razão.

Ler com os alunos os trechos abaixo:

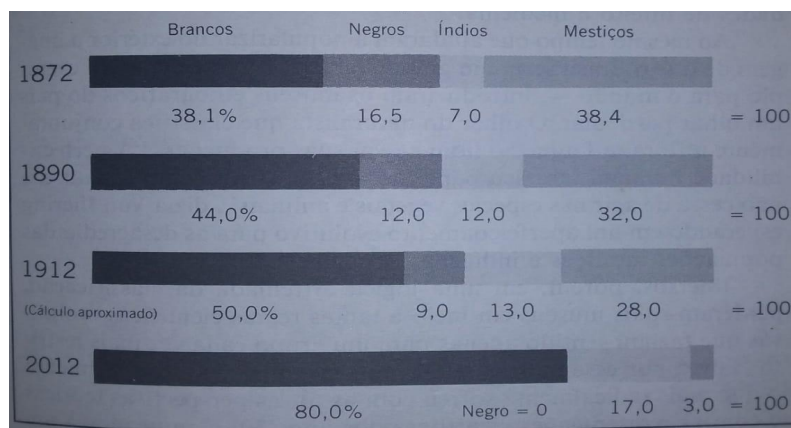
Segundo Schwarcz: “No caso brasileiro, a noção de evolução social se viu diretamente associada ao problema da raça e suas possíveis implicações.” (92), de forma que “os cientistas procuravam encontrar eram não só exemplos de culturas atrasadas, mas de populações asselvajadas pela mistura de raças tão diversas.” (SCHWARCZ, 1995, p.93).

Assim, durante algum tempo os cientistas da época defendiam o branqueamento como prova de uma ciência evolutiva “a crença em suas projeções populacionais, que, contrariando os censos demográficos, previam um país cada vez mais branco”. (SCHWARCZ, 1995,p.94) pois segundo intelectuais “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos” (SCHWARCZ, 1995,p.167)

Apresentar o diagrama abaixo sobre os estudos realizados.

DIAGRAMAS de Constituição Antropológica das populações do Brasil, organizadas segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890, por E. Roquette Pinto

⁴ GOES, Emanuelle. Racismo científico, definindo humanidade de negras e negros, 2016 in:<https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/9d545e7987ad746ee41488948cd76b11/13/>. Acessado em 10/11/2018.



(SCHWARCZ, 1995,p.97)

Apontar para os alunos que as ideias racistas institucionais que circularam e propagaram desde o século XIX na população brasileira, foram corroboradas pelos meios científicos e acadêmicos de então. Portanto, eram entendidas como verdadeiras.

Durante o século XIX, se viu fortemente defendido (de forma errônea), os ideais Darwinistas associados a Teoria da Evolução das Raças, onde segundo nos aponta Schwarcz, no livro o Espetáculo das Raças. Diversas teorias passaram a circular os locais de produção de saberes, como: museus, institutos de medicina, faculdades de direito e institutos históricos e geográficos, abrigaram práticas eugênicas e higienistas que apoiadas pela ciência procuraram classificar em raças superiores e raças inferiores; raças puras e as miscigenadas, sendo a supremacia racial branca a referência ideal. Na saúde, o racismo científico estruturou a medicina legal, que juntamente com os agentes da lei e com a figura do perito, estipularam que “nas características físicas de um povo é que se conheciam e reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e fracassos.” (SCHWARCZ, 1995, p.167).

Segundo a autora, ainda:

“... a teoria do darwinismo social, apontaria o cruzamento racial como o maior mal para a população, ..., e apostava na seleção natural para a eliminação da população negra, pois, para a ciência evolutiva, a salvação dos povos existia... uma esperança no branqueamento, ..., a crença em suas projeções populacionais, que, ..., previam um país cada vez mais branco. (SCHWARCZ, 1995, p.94)

Outras ações ao qual foram submetidos homens e mulheres de origem africanas ao longo do século XIX é que ao serem levados à Europa foram “exibidos, ao lado dos

animais, ..., nas feiras, teatros de variedades, espetáculos circenses e exposições universais” (KAFKA, 2003 apud RAGO, 2008, n.p.)⁵. Tais corpos também foram utilizados como objetos de estudos para comprovar as teorias eugenistas que defendiam supremacia da raça branca.

Tornando, tais povos, parques humanos sob o olhar do visitante, gerando para os estudiosos contemporâneos indagações de como o olhar eurocêntrico construído ao longo dos séculos, sobre o outro, e como esse olhar levou ao surgimento dos chamados zoológicos humanos. Para Rago, são nos espaços de exposição e atração que corpos de mulheres e homens substituem os animais, geram a fantasia e o desejo coloniais, transformando-os em corpos exóticos. Demonstrando ainda, um comportamento irracional de sensualidade exagerada, conduta que indica domínio do instinto sobre a razão, portanto, podem ser considerados seres incapazes de autocontrole.

Rago, aponta que “as hierarquias de classe, gênero e etnia constroem e se repõem.” (RAGO, 2008, n.p.)⁶, a partir de um discurso que, no imaginário do homem ocidental europeu, os povos africanos e outros considerados diferentes e exóticos, o tamanho do cérebro deveria ser utilizado para determinar a inferioridade de tais povos.

Além do desejo de subjugar, o colonizador regozija-se em “caracterizar o outro como sensual, inferior e degenerado” (BHABHA, 2003. apud RAGO, 2008, n.p.)⁷. Portanto, esse corpo excêntrico e em alguns momentos visto como bizarro, objetificado e dominado torna-se deturpado; de forma que precisa ser estudado, aberto, exposto, tornando-se objeto de pesquisa e experimento.

Segundo o pensamento determinista biológico, a compreensão humana, ações e aspectos intelectuais, eram herdadas através da hereditariedade, daí a propagação de ideias eugênicas que propunham o branqueamento racial como salvação dos povos colonizados.

⁵ RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença, 2008 in: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acessado em 20/11/2018

⁶ idem

⁷ RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença, 2008 in: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acessado em 20/11/2018

No Brasil, o projeto eugênico se propagou fortemente na Bahia, e no Rio de Janeiro, com a atuação de médicos higienistas. Onde o tema racial assume grande importância nesse período, integrando o arsenal teórico no campo da saúde.

Na Bahia o argumento racial, foi utilizado para tentar explicar a criminalidade, a loucura, e a depravação, possibilitando propagar um discurso desumanizador onde os negros foram associados a macacos. (Goff et al., 2008 apud Goes,2010, n.p)⁸.

O surgimento das teorias racialistas provenientes do século XIX, como a Eugenia e o Darwinismo Social, no Brasil propagou-se na fase inicial do período republicano. Momento em que o cenário político, motivou ações que visava a construção de laços entre setores da sociedade que se propunham a tarefa do embranquecimento da nação, e que no campo social, gerou grande exclusão de indivíduos da vida política.

4º Encontro

Nesse encontro trabalharemos as ações afirmativas como um meio de inclusão e equiparação social para as populações pardas e negras. Sabendo-se que as remanências da escravidão e dos pensamentos que circulavam no século XIX, sobre a inferioridade negra ainda é fortemente marcante no imaginário social século XIX. Considerando que em 2010 o governo estabeleceu, através da Lei 12.288, mecanismos que visam diminuir a distância social entre negros e brancos.

Perguntar para os alunos se eles sabem: “O que são ações afirmativas?”

Pedir para ler o trecho do livro didático abaixo:

“As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir com as mesmas condições na sociedade.

Elas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, cujo objetivo é corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de

⁸ GOES, Emanuelle. Racismo científico, definindo humanidade de negras e negros, 2016
in:<https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/9d545e7987ad746ee41488948cd76b11/13/>. Acessado em 10/11/2018.

discriminação e exclusão. Elas possuem caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que as originou.” (MUNANGA, 2006, p. 186)

Agora que temos uma breve explicação sobre o que são ações afirmativas, vocês podem citar alguma?

Ação Afirmativa — Esta política é voltada para reverter as tendências históricas que conferiram às minorias e às mulheres uma posição de desvantagem, particularmente nas áreas de educação e emprego. Ela visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem como principais beneficiários os membros dos grupos que enfrentaram preconceitos. (CASHMORE, 200, P.31)

Ler trecho da lei n.º 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Art. 1.º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Art. 2.º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3.º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

Art. 4.º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida prioritariamente.

Parágrafo único. Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas

discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do País.

Sabendo que a lei é de 2010, por qual motivo vocês acreditam que entre 2015 e 2019 o número da população autodeclarada parda e negra aumentou?

Quais seriam os motivos de no início de 2021 terem diminuído? (Considerando que em tal período estávamos sob o governo de extrema-direita, cujo discurso extremamente conservador, ressuscitou abertamente na sociedade devaneios machistas, misóginos, racistas, xenofóbicos e intolerantes.)

Retomando o processo histórico do racismo no Brasil, a lei 12.288/2010 ajuda a fortalecer os grupos étnico-raciais que eram tratados com preconceito?

Produto final:

Reflexão escrita dos alunos.

Último Encontro:

Desenvolver uma roda de conversa e/ou breve reflexão escrita partindo dos temas: racismo; escravidão; população negra; Políticas Afirmativas.

Avaliação:

Crerios

Organizar uma roda de conversa e/ou realizar um pequeno texto escrito sobre o conteúdo apresentado (considerando aqueles que possuem dificuldade de compartilhar com os colegas suas conclusões), a partir da observação dos tópicos trabalhados nos 4 encontros e textos apresentados na sala de aula.

Abordar o processo histórico e o lugar social do negro atualmente, procurando observar contexto histórico da escravidão, discursos apresentados ao longo da história, os processos políticos e sociais apresentados como solução para o enfrentamento do racismo e a perspectiva social dos alunos sobre os temas.

Ensinar para os alunos que ao lidarmos com realidades, e perspectivas variadas, também precisamos estar abertos a múltiplas leituras por parte dos demais. Mostrar que existem diversos argumentos capazes de defender ou refutar um determinado posicionamento, incentivando-os a expressarem como determinados fatos históricos foram em seu tempo compreendidos e como hoje tais significados podem ser processados, compreendidos e ressignificados.

CONCLUSÃO:

A sequência didática foi aplicada na Escola Estadual Álvaro Cotomacci, na cidade de Campinas, na chamada “Semana da Consciência Negra” nos dias 15 a 19 de novembro de 2021, em três turmas de 8 anos (A; B e C) simultaneamente com atividades das demais matérias do ensino básico com a mesma temática.

As respostas obtidas na atividade proposta foi que para alguns alunos as políticas afirmativas ajudam a combater o racismo e a apropriação de elementos culturais africanos pelos brancos sob novos nomes como: as tranças que vêm sendo denominadas de mandrake, que na realidade trata-se das tranças nagôs. A aluna quis apontar um processo de apropriação cultural e de apagamento de elementos ligados à identidade/cultura negra ao renomeá-la, inclusive a aluna que fez esta colocação foi enfática em apontar todo o processo histórico e cultural dos povos que utilizavam as tranças.

Outros alunos indicaram a violência muitas vezes vivida pela comunidade negra e não branca, citando inclusive cenas mostradas em seriados/ filmes onde o negro não é bem-visto e aceito em determinados espaços sociais. Compararam os espaços do bairro em que moram, com parques e shoppings localizados em bairros nobres, e a visão social de que o negro em sua maioria compõe a parcela marginalizada da sociedade.

Em outra turma, uma aluna apontou que apesar de existir um discurso de visibilidade para o negro e para sua cultura nas produções cinematográficas, no universo infantil, por exemplo, foi citado o filme “A Princesa e o Sapo” de 2009. Narrativa que apesar de apresentar protagonistas negros, durante boa parte do filme eles são mostrados na forma de rãs, e não na representação de seres vivos. Para essa aluna, o negro ainda não alcançou a possibilidade de ter uma representação da sua humanidade e capacidade socioeconômica desatrelada da imagem do negro que precisa estar sempre trabalhando ou será associado a um desocupado. Pois além da representação animal, o príncipe é retratado também como bom vivant falido. Além disso, a cultura de origem afro não é compreendida como algo bom, a religião foi representada como algo usado para fins malignos.

Percebe-se nas respostas obtidas nas turmas onde a proposta foi trabalhada, em especial para a parcela negra e não branco dos alunos, a dificuldade de um reconhecimento e fortalecimento da identidade negra. Parte dessa dificuldade ocorre

atualmente devido aos contínuos atos racistas presentes no dia a dia, na apropriação cultural e na perpetuação do discurso utilizado como justificativa do processo da escravidão negra. Para tais alunos, a dimensão desse processo histórico só pode ser compreendido a partir da análise do contexto atual e eles passaram a apontar então o entendimento do significado e importância das ações afirmativas, como um recurso que ampliou a participação sociocultural do negro na sociedade brasileira.

De forma geral, boa parte dos alunos mestiços colocaram, que muitos deles não possuíam uma identidade étnica e que devido a viverem situações discriminatórias até então haviam se afastado e procurado ignorar suas origens africanas. Mas, ao compreender o processo histórico da formação social brasileira, e de como as políticas afirmativas têm cada vez mais apresentado a África, a cultura e o povo africano com seu processo histórico próprio. A partir da valorização desses elementos e compreendendo como o processo de escravidão desse povo, visou destituir de humanidade aqueles que sujeitaram a condição de escravizados. Tais estudantes não precisam se sentirem envergonhados de possuir origens africanas, muitos apontaram ainda, que se identificar negro é criar um elo com um povo, com uma cultura e buscar cada vez mais reconhecimento das identidades, direitos sociais e vivências que podem ser construídas desvinculadas da condição de escravizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABUD, Katia Maria. **Processos de construção do saber histórico escolar**. História & ensino : revista do Laboratório de Ensino de História. Centro de Letras e Ciências Humanas, Faculdade Estadual de Londrina, v. 11, p. 25-34, 2005. Tradução . . Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11834/10400>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL, **BNCC MEC**.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. **Estudos Avançados**, V.32(Estud. av., 2018 32(93)), 127–149, 2018. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>

CASHOMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas raciais**, São Paulo: Selo Negro, 2000.

Censo demográfico: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acessado em 21/07/2021

COLL, Cesar, Palacios, J. e Marchesi, A. (org). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Psicologia da Educação. Vol.2, Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

Dicio – Dicionário online da língua portuguesa - <https://www.dicio.com.br/racismo/>. Acessado em 21/07/2021.

GOES, Emanuelle. **Racismo científico, definindo humanidade de negras e negros**, 2016
in:<https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/9d545e7987ad746ee41488948cd76b11/13/> . Acessado em 10/11/2018.

JUNIOR, Alfredo Boulos, ADÃO. Edilson. JR, Laercio Furquim. **Ciências Humanas, Política, Conflitos e Cidadania**, São Paulo, Editora FTD, 2020. apresentada à Universidade Aberta para obtenção do grau de Mestre. 2008.

MISKOLCI, Richard; JUNIOR, Jorge Leite. (ORG). **Diferenças na Educação: Outros Aprendizados**, São Carlos, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

Planalto — http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm -
acessado em 20/07/2021

RAGO, Margareth **O corpo exótico, espetáculo da diferença**, 2008 in:
<https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acessado em 20/11/2018

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

VICENTINO, Cláudio. VICENTINO, José Bruno. Teláris – **Ensino Fundamental – Anos Finais – História 8º Ano**. São Paulo: Editora Ática, 2018.